

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.521.236 - MT (2019/0168663-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**EMBARGANTE** : **OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON**  
**ADVOGADO** : **MILTON VIZINI CORRÊA JUNIOR - MT003076A**  
**EMBARGADO** : **JOSE GONCALO DE SOUZA**  
**ADVOGADO** : **RAFAEL PERES DO PINHO - MT017896**  
**INTERES.** : **JOSE CHARBEL MALOUF**  
**INTERES.** : **JOSE MIKHAEL MALUF NETO**  
**INTERES.** : **IMOBILIÁRIA E CONSTRUTORA SÃO JOSÉ LTDA**

## DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON contra decisão de fls. 884/886 (e-STJ), que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial.

A embargante afirma que *"as questões foram levantadas em recurso especial, e tendo o recurso de agravo sido recepcionado para julgamento do especial, importa na necessidade de pronunciamento da Instância, sob pena de impedir que o tema seja posto em recurso de natural efeito infringente, não obstante possa, o relator, dotar o presente recurso de dito efeito ao suprir a omissão"* (fl. 908 e-STJ).

Sem impugnação (fl. 913 e-STJ).

É o relatório.

### DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Não prospera a inconformidade veiculada nos presentes aclaratórios.

A decisão atacada não padece de nenhum dos vícios ensejadores dos embargos declaratórios enumerados no artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015): obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Conforme disposto na decisão embargada, a Corte local consignou que *"a própria magistrada reconhece ser devedora da Imobiliária São José, de modo que está configurada a situação descrita no artigo 145, inciso III, do CPC"* (fl. 720 e-STJ).

Ademais, no julgamento dos embargos de declaração, o Tribunal de origem destacou:

*"Primeiro, no tocante à alegação de que, com a formalização do acordo, haveria perda do interesse de agir do embargado na Exceção de Suspeição e Impedimento, verifica-se que, com o retorno dos autos da Central de Conciliação e Mediação, evidentemente, extinguiu-se o prazo de suspensão dos feitos, que voltaram ao trâmite normal."*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Além disso, referida tentativa de acordo não chegou a ser homologada, o que também torna inócuo o presente questionamento.*

*Depois, quanto à sustentada necessidade de oitiva das testemunhas arroladas pela embargante com o objetivo de afastar a incidência do artigo 145 do CPC, constata-se que o seu inciso III é muito claro ao prever a suspeição do julgador que for devedor de qualquer das partes, hipótese em que a realização de prova oral é de todo desnecessária" (fl. 767 e-STJ).*

Nesse contexto, reverter a conclusão do tribunal local no sentido de que não houve falha na instrução processual, nem cerceamento de defesa, demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, consoante enunciado da Súmula nº 7/STJ.

Ademais, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a necessidade de reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

Não se vislumbra, portanto, a existência das omissões apontadas.

Nesse contexto, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade, eliminar a contradição, ou corrigir erro material, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada.

Ante o exposto, rejeito os presentes embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator